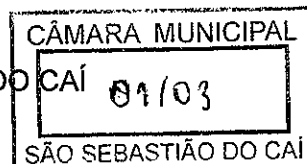


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



**PROJETO DE LEI Nº 067/2021**

**ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.050, DE 10 DE ABRIL DE 2018, QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, DE QUE TRATA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** Fica alterada a redação do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.050, de 10 de abril de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

**Art. 13.** A contribuição para a recuperação do passivo atuarial e financeiro a cargo do Município, destinada ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, é de 13,19% (treze vírgula dezenove por cento), incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 17 da Lei Municipal 4.050 de 10 de Abril de 2018.

**§1º** A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

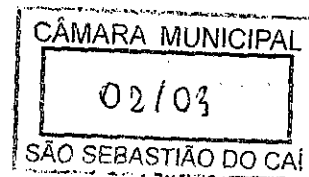
**§2º** A alíquota a que refere o *caput* vigorará até a competência dezembro de 2021, obedecendo, a partir da competência seguinte, o escalonamento que segue:

Alíquota	Competência inicial	Competência final
13,19%	Janeiro de 2021	Dezembro de 2021
14,00%	Janeiro de 2022	Dezembro de 2022
14,50%	Janeiro de 2023	Dezembro de 2023
15,79%	Janeiro de 2024	Dezembro de 2024
15,46%	Janeiro de 2025	Dezembro de 2025
15,25%	Janeiro de 2026	Dezembro de 2042
15,26%	Janeiro de 2043	Dezembro de 2053
15,27%	Janeiro de 2054	Dezembro de 2054.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

  
**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:**

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores!**

Através do anexo Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para alterar a Alíquota do FAP referente à Contribuição Patronal suplementar, conforme apontado no último cálculo atuarial.

Tal alteração é obrigatória, pois conforme relatório do atuário é preciso evitar que no futuro o FAP não tenha valores suficientes para arcar com os benefícios previdenciários.

Importante salientar que a alteração proposta é somente para recuperação do passivo atuarial e financeiro a cargo do Município, não atingindo os valores a cargo dos servidores efetivos.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 19 dias do mês de julho de 2021.

**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

**COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

Assunto: Expediente – PM 067/21 - CM 242/21  
Relator: João Marcos Duarte Guará  
Projeto de lei do Executivo que altera a redação da Lei Municipal nº 4.050, de 10 de abril de 2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de São Sebastião do Caí, de que trata o art. 40 da Constituição da República, e dá outras providências.

**PARECER**

Considerando que a contrapartida será do Município e não do servidor, sou de parecer **favorável** à aprovação do projeto de lei.


Em 29 de julho de 2021.

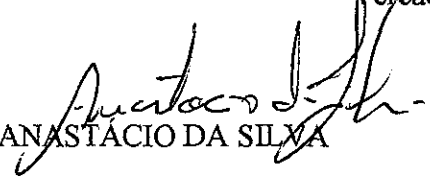
  
Vereador JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ  
Relator

Voto dos Vereadores Anastácio da Silva, Cesar dos Santos Junior e Dilson Dioclecio Pires: de acordo com o relator.

**PARECER CONCLUSIVO**

A CGP é, por unanimidade, **favorável** à aprovação do projeto de lei.  
Em 29 de julho de 2021.

  
Vereador CESAR DOS SANTOS JUNIOR  
Presidente

  
ANASTÁCIO DA SILVA

  
DILSON DIOCLECIO PIRES

  
JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ

AUSENTE  
NILSE MARIA ALVES DE LIMA